



DEVIR DA RELAÇÃO ENTRE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

CASO DO COLEGIADO TERRITORIAL RURAL DA BAIÁ DA ILHA GRANDE/RJ

Patrick Maurice Maury¹

Lamounier Erthal Villela²

Dina Lima Ramos³

1 Mestre e Doutor em Ciências Sociais, Professor visitante - pós doutorando na UFRRJ, Pesquisador PPGCTIA e PEPEDT/UFRRJ. patrick.maury@uol.com.br.

2 Doutor em Economia Aplicada, Pós-doutor em Administração Pública. Professor Associado do Departamento de Economia do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas - DECE/ICSA/UFRRJ, do PPGCTIA/UFRRJ e PPGDT/UFRRJ. Coordenador do PEPEDT/UFRRJ, lamounier.erthal@gmail.com

3 Professora permanente do DECEX/ITR/UFRRJ; coordenadora do LICDS e do PPGDT/UFRRJ. dinalr@ufrj.br

A interrupção das políticas públicas de desenvolvimento territorial sustentável, promovidas pelo ministério do desenvolvimento agrário – MDA, colocou a questão da continuidade da governança por meio de colegiado com apoio por extensão universitária. O objetivo do artigo é a prospectiva do devir desta relação no caso do território da baía de Ilha Grande/RJ - BIG. A problemática é a análise da influência dos agentes e suas áreas de interesse no território. A metodologia de gestão social é a disciplina de referência, com inclusão de ferramentas de prospectiva. A retrospectiva comporta sucessivamente, uma autoavaliação do Colegiado BIG, outra da emergência da extensão rural e evolução do conceito de rural no Brasil e, finalmente, a possível formação do conceito de rural no contexto da industrialização da Inglaterra. Cada retrospectiva resultou numa síntese gráfica, respectivamente, um pacto pela sustentabilidade do território qualificado numa matriz de relações entre os dezessete ODS; a influência das unidades de conservação e das terras das comunidades originárias e tradicionais no ordenamento agrário nacional e, um ensaio de sistematização dos princípios da gestão social aplicados à gestão de território ou gestão societal.

Palavras Chaves: Gestão social, Extensão universitária, Colegiado BIG, Prospectiva territorial, ODS/agenda 2030.

Interruption of public policies of sustainable societal rural development promoted by agrarian development ministry – MDA, evidences the question of stewardship council continuity possibly without university outsourcing support. Research objective is forecasting this relationship in the case of Rio de Janeiro, Ilha Grande Bay's Council – BIG Council. Problem approach is agents influence and their societal interests. Social management methodology is the main reference with inclusion of relational forecasting tools. Retrospect has three parts, BIG council auto evaluation, evolution of rural concept in Brasil from rural assistance to public criteria for definition and, possible concept shaping at the beginning of England industrialization. Each retrospect results in a graphic synthesis of relationship patterns, basically a societal sustainable pact model based on relationship between the seventeen targets of 2030, influence of Conservation units and Traditional populations areas extension about Brazilian agrarian organisation and, um essay about societal management principles.

Keywords: societal management, knowledge outsourcing, BIG stewardship council, Societal forecasting, SDT/2030 agenda.

La interrupción de las políticas públicas para el desarrollo territorial sostenible, promovida por el Ministerio de Desarrollo Agrario – MDA, planteó el tema de la continuidad de la gobernanza a través de la colegiata con el apoyo de extensión universitaria. El objetivo de este artículo es el plantear el futuro de esta relación en el caso del territorio de la bahía de Ilha Grande/RJ - BIG. El problema es el análisis de la influencia de los agentes y sus áreas de interés en el territorio. La metodología de gestión social es la disciplina de referencia, con la inclusión de herramientas prospectivas. La retrospectiva implica sucesivamente, una autoevaluación del BIG Colégiata, el surgimiento de la extensión rural y la evolución del concepto de rural en Brasil y, la posible formación del concepto de rural en el contexto de la industrialización de Inglaterra. Cada retrospectiva dio como resultado una síntesis gráfica, respectivamente un pacto por la sostenibilidad del territorio calificado en una matriz de relaciones entre las diecisiete SDD; la influencia de las unidades de conservación y de la tierra de las comunidades originarias y tradicionales en el ordenamiento agraria y, una prueba de sistematización de los principios de gestión social territorial.

Palabras clave: Gestión social, Extensión universitaria, BIG Colégiata, Prospectiva territorial, ODS/agenda 2030.

INTRODUÇÃO

No Brasil, entre 2000 e 2016, existiu o ministério do desenvolvimento agrário (MDA). Suas políticas de desenvolvimento sustentável foram integradas na escala de territórios rurais com governança atribuída a colegiados. Estes, a partir de 2014, receberam apoio de núcleos de extensão universitária - NEDET⁴. No caso do colegiado territorial rural da Baía da Ilha Grande - Colegiado BIG, analisado por Ramos (2019), houve continuidade do apoio da UFRRJ⁵ na forma de um Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas – PEPEDT.

Essa pesquisa de pós-doutorado,⁶ iniciada em 2019, tem como objetivo analisar e desenhar de maneira participativa o devir da relação entre a extensão universitária e o colegiado BIG. Trata-se de uma abordagem com foco em gestão social⁷ e a participação

social⁸ correspondendo geograficamente ao território do Colegiado BIG, inserido entre as metrópoles do Rio de Janeiro e São Paulo. A problemática é a projeção das políticas federais e estaduais, na escala de um território rural, a partir de retrospectivas locais, federais e internacionais que permitem estabelecer uma grade de análise dos conceitos de território⁹, rural e, desenvolvimento sustentável. Neste caso (i) do Colegiado BIG, a partir de uma autoavaliação; (ii) da extensão rural no Brasil, a partir da perspectiva da discussão do “novo rural brasileiro” (Graziano da Silva, 1997) e, (iii) da possível origem do conceito de rural no processo de industrialização da Inglaterra (Polanyi [1944], 2012). A justificativa é a verificação da capacidade da Gestão social de integrar as referências necessárias, utilizando metodologia de análise relacional prospectiva.

METODOLOGIA

A metodologia de pesquisa adotada corresponde à orientação do PEPEDT, isto é, a Gestão social.

4 NEDET, Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial, com origem na chamada 11/2014, conjunta do MDA, Conselho Nacional de Pesquisa Científica (CNPq) e Secretaria especial para mulheres, vinculada à Presidência da República.

5 UFRRJ, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

6 Pesquisa do 1º autor desse relatório de pesquisa no Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária – PPGCTIA, programa do departamento de economia da UFRRJ voltado para o setor agropecuário no âmbito de dois países: Brasil e Argentina.

7 Disciplina universitária genuinamente brasileira, em formação desde os anos 1990, cujo debates se concentram na Rede de Gestão Social – RGS e em Encontros Nacionais de Pesquisadores em Gestão Social – ENAPEGS. O XIIº ENAPEGS será realizado

em 2023 no UFRRJ, coordenado pelo PEPEDT e um outros programas fluminenses de ensino, pesquisa e extensão.

8 Princípio associado ao conceito de Cidadania a partir da Constituição Federal do Brasil de 1988, capítulo V.

9 A tradução de território em inglês, no caso da elaboração da norma ISO 26000 que trata da responsabilidade das organizações no desenvolvimento sustentável, se revelou uma dificuldade intransponível ao ponto de justificar o abandono da referência, apesar de sua evidente pertinência.

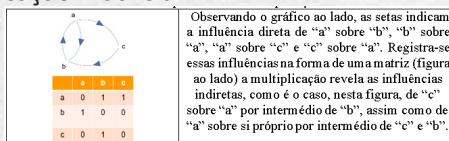
A referência para o devir (antecipação¹⁰) é a Prospectiva Estratégica Territorial e suas ferramentas de análise relacional (GODET e DURANCE, 2011) baseada na teoria das probabilidades de Boole ([1854], 2009). Finalmente, a abordagem relacional, no conceito de campo do poder (BOURDIEU, 2002 e 2010) fornece um conjunto de referências para a interpretação dos resultados da pesquisa.

A Gestão social: consiste em “tomada de decisão coletiva, sem coerção, baseada na inteligibilidade da linguagem, na dialogicidade e entendimento esclarecido como processo, na transparência como pressuposto e na emancipação enquanto fim último.” (TENÓRIO e ARAÚJO, 2020).

A Prospectiva constitui uma abordagem que surge após a segunda guerra mundial, na França e nos Estados Unidos, com orientações diferentes: respectivamente, a prospectiva das organizações e territórios e, a prospectiva tecnológica (technological forecasting) cujo referência original foi a Rand Corporation¹¹.

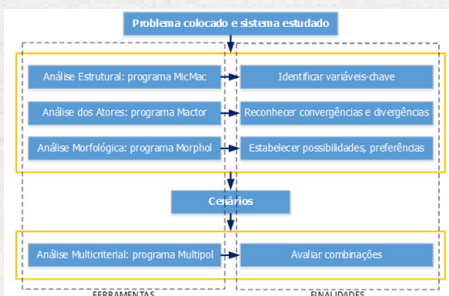
A análise das influências por Boole, ver encarte 1 a seguir, constitui o modelo estatístico da caixa de ferramentas da prospectiva, os aplicativos, em livre acesso, permitem a elaboração de figuras e gráficos, garantem também a transparência social das análises.

Encarte 1 – Propriedades da multiplicação matricial



Fonte: adaptação de Godet e Durance 2011

Figura 1 - Caixa de ferramentas da Prospectiva



Fonte: adaptação de Godet e Durance 2011

Essa mesma caixa de ferramentas permite verificar a validade estatística das análises quali-quantitativas, particularmente para construção de cenários e negociação de acordos e pactos.

DESENVOLVIMENTO Retrospectiva do Colegiado BIG

O processo da pesquisa participativa (2019-2022) com o Colegiado BIG comportou três etapas e respectivas publicações: Avaliação do Colegiado pelo Colegiado (dez. 2019), Construção do processo de pactuação da sustentabilidade da BIG (dez. 2020) e, elaboração de pactos por sub-bacia hidrográfica, envolvendo a troca de saberes organizada no Observatório

10 Disciplina classificada na plataforma Lattes/CNPq com parte da ciência política na grande área das ciências humanas.

11 Presença fundamental da pesquisa pública na terra da livre iniciativa.

Territorial Rural do Colegiado BIG – OT-BIG (dez. 2021).

A retrospectiva do Colegiado BIG foi sistematizada numa matriz de Pontos Fortes e Oportunidades, Pontos Fracos e Ameaças - FOFA apresentada no quadro 1 a seguir.

Quadro 1 - Matriz FOFA do Colegiado BIG, Retrospectivas e Expectativas (dezembro 2019)

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> UNACOOP presente desde a constituição dos territórios e base da malha estadual da comercialização dos produtos da Agricultura Familiar 	<ul style="list-style-type: none"> MEGA EMPREENDIMENTOS sem conhecimento de expectativas do Colegiado oferece apenas assistencialismo.
<ul style="list-style-type: none"> VISIBILIDADE das ações das Organizações Sociais: Inserção nos mercados institucionais, trilha turística, Feiras da AF, Agroecologia, Capacitação... 	<ul style="list-style-type: none"> ORGANIZAÇÃO COLETIVA com baixo protagonismo, particularmente nas organizações cooperativas induzidas por políticas públicas
<ul style="list-style-type: none"> EXTENSÃO universitária continuada a partir do NEDET 	<ul style="list-style-type: none"> POUCA TRANSPARÊNCIA do polo tecnológico do mar
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> CAPACIDADE DE INTERPRETAÇÃO pelas organizações sociais no turismo, comercialização, certificação, rastreabilidade e outras ações. 	<ul style="list-style-type: none"> DESMONTE DAS POLÍTICAS e instrumentos de (1) apoio à Agricultura Familiar e Populações Tradicionais e (2) ordenamento territorial urbano e ambiental.
<ul style="list-style-type: none"> CONVERGENCIA AMBIENTAL reunindo interesses antagônicos e diversas territorialidades, por exemplo: contra o transbordo de petróleo; para o gerenciamento costeiro: BIG = projeto piloto; 	<ul style="list-style-type: none"> NEGAÇÃO DOS DIREITOS das populações tradicionais <ul style="list-style-type: none"> o Garantias fundiárias o Garantias de ir, vir e receber visitas
<ul style="list-style-type: none"> ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL a partir de cooperação municípios – UFRRJ, projeto de Consórcio Intermunicipal e apoio do PEPEDT (plataforma de Gestão Social). 	<ul style="list-style-type: none"> MARCO INSTITUCIONAL FRACO <ul style="list-style-type: none"> o Secretarias municipais agricultura o Unidades de Conservação o Assentamentos da RA

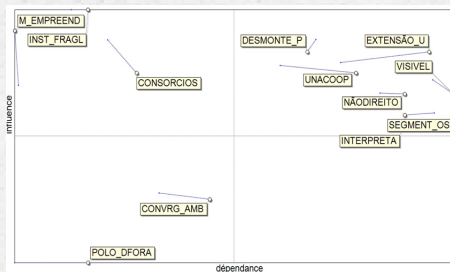
Fonte: Maury et al. 2021, p.774.

O uso do aplicativo de identificação de variáveis chave Micmac (ver figura 1), considerando cada item da FOFA como variável, permitiu gerar a figura 2 a seguir que mostra o grau de influência e dependência de cada variável, quanto

mais para cima mais influente, quanto mais para a direita mais dependente. As propriedades das influências indiretas (Encarte 1) representadas pelas setas partindo de cada indica as tendências evolução num horizonte de 15 a 20 anos.

As variáveis notáveis pela sua influência futura são os consórcios intermunicipais (consórcio) a convergência das questões sociais e ambientais (converg_amb). Também, as entidades de apoio ao colegiado UNACOOP, (2011) (Uncoop) na criação e o PEPEDT (Extensão_u) até agora. Todas estas variáveis apresentam relevante ganho de autonomia.

Figura 2 - Influência das variáveis da FOFA na dinâmica do Colegiado BIG



Fonte: Maury et al. 2021, p.775

As relações entre instituições de extensão e destes com comunidades tradicionais, qualificadas institucionalmente pela sua atuação nos critérios da gestão social, resultou no quadro 2 a seguir.

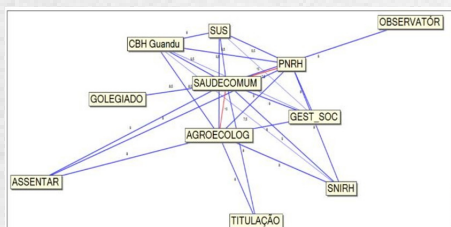
Quadro 2 - Matriz de atuação de Instituições de Extensão em Comunidades

Campos/Agentes	FIOCRUZ	CBH	UFRRJ	MST
Organização política	SUS	PNRH	Agroecologia	Titulação
DTS-Desenvolvimento Territorial Sustentável	Saúde Comm (SaudeComum)	CBH	PEPEDT	Assentamento
DCT-Desenvolvimento Científico Tecnológico	Observatório (Observat)	SNIRH	Gestão Social (Gest_Soc)	Escola MST
Cidadania Deliberativa	Fórum	X	Colegiado	Coletivo

Fonte : Maury, et al., 2020 p.111

O grau de convergência entre entidades analisado com o aplicativo de jogo de atores Mactor (Ver figura1) a partir de seus respectivos interesses nas diversas formas de atuação dos demais resultou na figura 3 a seguir.

Figura 3 - Convergência da pauta das organizações de extensão na BIG



Fonte: Maury, et al., 2020 p.114

Esta figura mostra que as ações de saúde comunitária (saudecomum) e agroecologia (agroecolog) constituem o principal foco de convergência de interesses para construção de uma pauta comum entre entidades de extensão, associado à política nacional de gestão de recursos hídricos (PNRH). Além dos resultados apresentados, o uso destas ferramentas de Prospectiva é relevante devido a facilidade de acesso e uso, bem como à autonomia de interpretação crescendo rapidamente com a prática.

A continuidade da pesquisa sobre

o devir das relações entre as organizações de extensão e de participação social no colegiado BIG, durante o primeiro ano da pandemia, se deu por meio de “Bate-papos”, cursos e oficinas virtuais tendo como encaminhamento a construção de Pacto de sustentabilidade da BIG, a partir dos ODS¹². Uma grade da análise relacional para a construção do pacto pela BIG, foi construída a partir das categorias da Gestão social, disciplina de referência do PEPEDT e de tipologia dos agentes envolvidos nas oficinas. Foi então verificada a possibilidade de preencher esta grade com os ODS (figura 4 a seguir).

Figura 4 - Associação dos ODS aos eixos e organizações na construção do Pacto pela sustentabilidade da BIG

Eixos / Organizações	Administração municipal	Articulação territorial	Entorno universitário	Organização social	Entidade / resultados esperados
Segurança alimentar, agroecologia e território	ODS 2 - Fome zero	ODS 15 - Vida terrestre	ODS 13 - Ação contra a mudança do clima	ODS 12 - Consumo e produção responsável	ACESSO solidário aos recursos
Identidade, cultura e educação	ODS 11 - Cidades sustentáveis	ODS 1 - Erradicação da pobreza	ODS 4 - Educação de qualidade	ODS 5 - Igualdade de gênero	INCLUSÃO das lutas e produção do saber - CIDADÃO com a vida
Saneamento, resíduos, saúde	ODS 3 - Saúde e bem estar	ODS 6 - Água potável e saneamento	ODS 14 - Vida nas águas	ODS 7 - energia limpa e acessível	CIDADÃO com a vida controlando riscos
Participação, organização, política	ODS 16 - Paz, justiça e instituições eficazes	ODS 9 - Indústria, inovação e infraestrutura	ODS 8 - Trabalho decente e crescimento	ODS 10 - Redução das desigualdades	PACTUAÇÃO e controle dos recursos
Monitoramento da Eficácia da alocação dos recursos					ODS 17 - Parceria e meios de implementação

Fonte: Carta do Pacto pela BIG, <https://www.facebook.com/pepedtufrrj/>

O colegiado BIG aprovou a meta de construção de um pacto de sustentabilidade pela BIG na configuração acima, na reunião de dezembro 2020. Essa grade foi mantida, na sua essência, em todas as etapas da pesquisa de campo.

Na sequência desta reunião já se configurou a necessidade de uma evolução da extensão de maneira a

12 ODS: Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da agenda 2030, da Organização das Nações Unidas-ONU

substituir a agenda de ações em fluxo contínuo de relações pautadas na gestão social. Foi então planejada a continuidade dos bate-papos em alternância com oficinas de construção do pacto. Esta programação foi aprovada pelo colegiado BIG e pela UFRRJ como mecanismo permanente de assessoramento do Colegiado denominado Observatório Territorial do Colegiado BIG – OT-BIG.

A configuração do OT-BIG foi desenhada a partir de uma perspectiva de atuação conjunta de observadores em campo, oriundos de organizações comunitárias e de programas de extensão universitária. A finalidade é o reconhecimento dos saberes socialmente produzidos e a oferta de formação universitária mais integrada com a realidade, em acordo com as novas diretrizes de curricularização¹³ das atividades de extensão no ensino superior no Brasil.

A programação das oficinas de 2021 foi organizada para desenhar pactos territoriais na escala de pequenas bacias hidrográficas. As formulações elaboradas nas oficinas foram debatidas passo a passo nos Bate papo com Colegiado BIG, resultando numa tipologia de ênfases diferenciadas¹⁴

13 Resolução 07/2018 do Conselho Nacional de Educação

14 Serviços ambientais na bacia do Mazomba em Itaguí, Controle de contaminação das águas na bacia da guarda em Seropédica, Turismo de base comunitária na bacia do Saco em Mangaratiba, Controle social por comunidade quilombola e em terra indígena na bacia do Bracuí em Angra dos Reis, Economia e educação solidária em comunidades de pescadores artesanais na Vila do Abrão na Ilha Grande em Angra dos Reis, em áreas de domínio da Marinha do Brasil na Ilha da Madeira e na restinga da

A programação das oficinas a partir de 2022, busca aprofundar a relação universitária- social. Cada oficina é de responsabilidade de um mestrando ou doutorando que discute sua pesquisa ¹⁵e aplicabilidade dela enquanto é realizada em vez de ser apresentada eventualmente com uma devolução após a obtenção de diploma. Temas como Serviços ambientais, Economia solidária, Arranjos produtivos Locais (APL), entre outros, vão assim ganhando consistência. Entretanto, o próprio processo do OT-BIG requer para sua consolidação e alcance de sua missão de subsidiar a construção, negociação e gestão do pacto pela sustentabilidade da BIG, referências retrospectivas sobre a origem da dinâmica em que se inseriu o MDA e poderá se consolidar a gestão social.

Nesta primeira etapa foram observados três níveis de percepção que gradativamente resultaram no desenho de processo operacional e gerencial. (i) entre os integrantes do Colegiado BIG: as variáveis-chave, principalmente a convergência entre questões sociais e ambientais e, da organização dos municípios na escala do território; (ii) entre as instituições de extensão universitária em termos de convergências de seus interesses na suas relações com comunidades tradicionais, nas pautas de saúde comunitária e agroecologia no contexto da política nacional de recursos hídricos; (iii) entre as extensões e integrantes do colegiado BIG, do potencial Marambaia em Itaguá.

15 Pesca artesanal; Cenários para Polo Tecnológico do Mar da Baía de Sepetiba - PTM-BS; Economia e Educação Solidária da Costa Verde; Arranjos Produtivos Locais; Gestão de municípios da BIG.

da análise matricial dos ODS para organizar a matriz de sustentabilidade do território, transpondo nesta suas próprias atividades. O resultado nesta primeira etapa é a configuração de um observatório territorial do Colegiado BIG OT-BIG, a partir das ações em campo nas quais atuam juntos universitários e lideranças de movimentos sociais.

Retrospectiva da extensão rural e do novo rural no Brasil

No Brasil, diversas políticas públicas, desde as primeiras Associações de Crédito e Assistências Rurais - ACAR (1948) até a Extensão Universitária nos Colegiados territoriais rurais (2014), têm antecipado a industrialização do rural. Entretanto, as retrospectivas resumidas a seguir apontam para outras perspectivas.

A retrospectiva leva em conta diversas referências históricas, relacionadas com o rural e a sustentabilidade. Para o rural, as referências mais recentes são o conceito de “Novo rural brasileiro” (Graziano da Silva 1997), importante referência do MDA e (Carneiro, 2008); a inserção nas cadeias produtivas do agronegócio (Pinazza, 1999) e (Zylbersztajn, 2000) e; o Estatuto das cidades com a reconceituação do IBGE¹⁶; Num horizonte entre cinquenta e cem anos, os movimentos, sindical dos trabalhadores rurais e da reforma agrária, a extensão rural difusa no Brasil com criação

das universidades rurais, sua organização institucional desde 1948 (Peixoto, 2008), sua adesão à revolução verde¹⁷. Para a sustentabilidade, as referências são mais recentes, mas, seguem ciclos análogos de 15 a 20 anos. O marco inicial nos anos 70 e desde a Rio 92 as agendas das nações unidas até a atual agenda 2030. No contexto brasileiro, três leis federais estabelecem o marco de referências: 9433/97, Política Nacional dos Recursos Hídricos, 9985/00 regulamentada em 2002, Sistema Nacional das Unidades de Conservação e, 12651/12 “Novo código florestal” que estabelece as áreas de proteção permanente (APP) da cobertura vegetal e a criação do Cadastro Ambiental Rural (CAR).

O conceito de Brasil Rural, além do contexto do Novo Rural, encontra na extensão rural, uma possível origem em 1948. Neste ano é iniciada a constituição das Associações de Crédito e Assistência Rural – ACAR, que formam uma primeira rede nacional, concluída em 1974. Antes desta data começa a estatização da rede na forma de Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER. O modelo encontra seus limites nos anos 1990, com a discussão do “Novo Rural” e as dificuldades de adaptação à abordagem territorial adotada nas políticas públicas sociais e agrárias federais. Os Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET), significaram um marco de ação de extensão universitária. O uso do território no Brasil (Embrapa, 2018) e (IBGE, 2006) mostra outra realidade: áreas urbanas e infraestruturas: 5% do território,

16 Estatuto da Cidade (Lei 10.527/2001) e norma do IBGE, que inclui na categoria de municípios urbanos aqueles com população superior a 20.000 (antes 5.000) habitantes ou densidade demográfica superior a 80 habitantes por km² ou ainda, com menos de 15% do seu PIB oriundo de atividades agrícolas.

17 Em 1970, Norman Borlang recebe o Prêmio Nobel da Paz por seus estudos mostrando a possibilidade de erradicar a fome em algumas décadas, com tecnologia agrícola e produtos químicos.

agricultura e pecuária: 24%, Vegetação nativa 71¹⁸.

Nesta segunda etapa é mostrado, o surgimento de uma diferença de percepção dos territórios rurais a partir das perspectivas agrícolas e de sustentabilidade. A agrícola aderindo à abordagem de cadeias produtivas enquanto a sustentabilidade consolidava sua abordagem de painel relacional de indicadores. Esta tendência coloca em questão a pertinência do conceito de novo rural brasileiro e aponta, a partir da extensão territorial das unidades de conservação e das comunidades tradicionais, para um esquema de cenários de pactuação, na escala territorial entre agentes das cadeias produtivas e dos territórios de sustentabilidade.

Retrospectiva do possível surgimento do conceito de rural

A análise de dois capítulos consecutivos da obra de Polanyi: "Speenhamland, 1795" e "Antecedentes e consequências" trazem uma contribuição fundamental para dois debates contemporâneos: a "Renda mínima" e a "Teoria crítica".¹⁹ Além disto, fornecem um

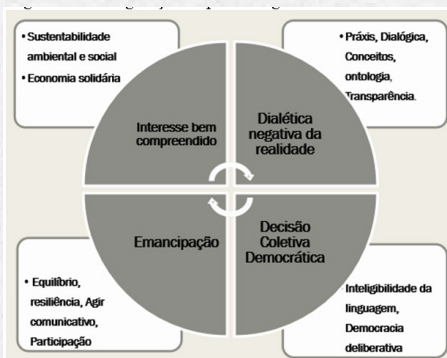
18 Segundo o IBGE (2006), considerando a legislação sobre Reserva Legal – RL e Áreas de Proteção Permanente - APP existe um saldo deficitário de 5,4% do território nacional ou seja 42 milhões de hectares.

19 Uma parte essencial do método de Karl Marx é iniciada "pouco tempo" (15 anos) após final do ciclo da Lei Speenhamland (1834) na sua chegada em Londres em 1849 e pela publicação em 1852 do "18 Brumaire". Essa obra alimentou toda a formulação da Teoria Crítica e os trabalhos da Escola de Frankfurt. (Ver uma importante síntese das contribuições e análise do futuro dessa Escola no capítulo de HONNETH, em GIDDENS e TURNER (org.), 1999, pp 503-552.

parâmetro dos ciclos de reorganização das sociedades humanas: o ciclo que começa com a Lei Speenhamland, em 1795, foi considerado concluído 1834²⁰A partir de a "Grande Transformação" POLANYI ([1944], 2012), na qual se configura o mercado do trabalho e de, no mesmo período, da formação e evolução do método de Marx continuado pela Escola de Frankfurt que ocupa um lugar chave na epistemologia do paradigma da Gestão social (CANÇADO et al., 2013).

Nesta última parte, se configura uma possível representação gráfica do processo de gestão social (figura 5), aplicável à evolução do conceito de rural desde a designação da diferenciação consolidada com o surgimento das cidades industriais até a perspectiva atual, com a industrialização da agricultura, de uma abordagem "societal" da sustentabilidade.

Figura 5 – Configuração de processo gerencial social territorial



Fonte: o autor

O resultado imediato e a

20 Dois anos depois da ascensão ao poder na Inglaterra da "Middle Class" e, praticamente 40 anos antes da primeira legislação sindical (1870).

continuidade dessa pesquisa estão configurados no Observatório Territorial do Colegiado BIG – OT-BIG, inclusive pela sua inserção no Laboratório de Políticas Públicas de Desenvolvimento Territorial (LPDT), registrado no CNPq e, no PEPEDT, permitindo o reconhecimento da diversidade dos saberes envolvidas. Outros resultados já podem ser verificados na participação dos extensionistas universitários em eventos de áreas afins como a própria da Rede de Gestão Social (RGS)²¹ e suas participações em eventos de outras redes como a Rede CT (Comunidades Tradicionais e Povos Originários), a ANEPCP²² (Campo de Públicas), e os Encontros Nacionais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ENANPUR)²³, entre outras.

CONCLUSÕES

O colegiado BIG demonstrou ser um processo de organização de movimentos sociais e de construção de saberes, capaz de se tornar protagonista de sua própria transformação. Com apoio do PEPEDT buscou referências em si próprio e ampliou sua rede de agentes no campo do poder no território, isto, ao

21 O próximo Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social – 12º ENAPEGS, será realizado em 2023, na BIG, Coordenado pelo PEPEDT com participação de outros programas das Universidades Fluminenses.

22 Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas.

23 XXº Encontro em 2022, Organização: Associação Nacional de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional.

ponto de vislumbrar o alcance de sua meta de estabelecimento de um pacto de sustentabilidade do território. Consolidou sua organização com organização de seus observadores em campo no OT-BIG. A gestão social, como disciplina de referência do PEPEDT cresceu na perspectiva de seu uso por organizações territoriais e sua aplicação para a discussão e antecipação de questões como economia solidária, tecnologia social e, de seu próprio processo de ensino. Com isto a Rede de Gestão Social se capacita para contribuir no devir de universitários, seus professores e seus interlocutores nos programas de ensino, pesquisa e extensão. Finalmente, contribua à resposta à questão da tradução de territorial para o inglês, partir do caso da redação da norma ISO 26000 sobre gestão da sustentabilidade que superou o impasse com a palavra societal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. Campo de Poder, campo intelectual: itinerário de um conceito. Buenos Aires: Editorial Montessor, 2002.

BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico, BERTRAND BRASIL, 2010.

CANÇADO, Airton. Gestão Social e Economia Solidária – para além do mimetismo: outra gestão é possível, REVISTA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA 10.1 (2016) 19-43.

CANÇADO, A., PEREIRA, J., TENÓRIO, F. Gestão Social, epistemologia de um paradigma. Curitiba, CRV, 2013.

CARNEIRO, Maria. "Rural" como categoria de pensamento, Ruris, V2, N1, março 2008.

DELGADO, Nelson. O papel do rural no desenvolvimento nacional: da modernização conservadora dos anos 1970 ao Governo Lula. In N. G. Delgado (Coord.), Brasil rural em debate: coletânea de artigos. Brasília: CONDRAF/MDA.

EMBRAPA TERRITORIAL. Agricultura e preservação ambiental: uma análise do cadastro ambiental rural. Campinas, 2020. Disponível em: < www.embrapa.br/car >. Acesso em: 31 mar. 2022

GALLO, E.; NASCIMENTO, V. (Orgs.). O Território Pulsa. Territórios sustentáveis e saudáveis da Bocaina: soluções para a promoção da saúde e do desenvolvimento sustentável territorializados. Paraty, RJ: FIOCRUZ, 2019.

GARCIA, Leice, MAURY Patrick, TEODÓSIO, Armindo. Desafios e contradições das práticas de transparência e accountability na administração pública brasileira in Fundamentos de la transparencia, aspectos políticos y perspectiva internacional Madrid, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2021, pág. 449-470, ISBN CEPC EN PAPEL: 978-84- 259-1920-6

GIDDENS, A. e TURNER J. (org.) Teoria Social Hoje, tradução G. Cardoso de Souza, São Paulo, Editora UNESP, 1999.

GODET M. e DURANCE P. A Prospectiva Estratégica para as Empresas e os Territórios. Dunod-Unesco, 2011.

GRAZIANO DA SILVA, José. O novo Rural Brasileiro, Nova economia, Belo horizonte. 7(1):43-81 (maio de 1997).

HABERMAS, Jurgen. Mudança estrutural

da esfera pública. São Paulo: UNIESP, 2014.

MAURY, Patrick, RAMOS, Diná, CAMPOS, Alexandra e VIEIRA Victor. A ética no pacto territorial pela sustentabilidade na Ilha Grande/RJ, uso e produção de informações.

Artigo aceito para o XIXº ENANPUR. 2022.

MAURY, Patrick.; RAMOS, Diná.; VILLELA Lamounier.; MACEDO, Lucimar. Gestão social por colegiado e Extensão universitária: Imaginar futuros para o território da Baía da Ilha Grande (RJ). In NAU SOCIAL – V.12 n23 p768-785 Mai 2021/Out 2021.

MAURY, P, LAMOUNIER, E., RAMOS, D., LIMA, N., (2020) Redes entre Comunidades

Tradicionais e Instituições de Extensão na Baía da Ilha Grande/RJ. In Povos Originários e Comunidades Tradicionais: Trabalhos de Pesquisa e de Extensão Universitária – Volume 5. Boa Vista: Editora UFRR, 2020; Porto Alegre/RS: Editora Fi, 2020. Capítulo 4, pág. 65-85.

PEIXOTO, Marcus. Extensão Rural no Brasil – Uma abordagem Histórica da Legislação. Textos para Discussão 48, Brasília, Consultoria Legislativa do Senado Federal. 10/2008.

PINAZZA, Luiz et.al. Reestruturação no Agribusiness Brasileiro: agronegócio no terceiro milênio, IBRE/FGV – ABAG, 1999.

POLANYI, K. A Grande Transformação, As Origens da nossa Época. Tradução Fanny Wrobel, Rio de Janeiro, Elsevier Brasil, [1944] 2012, 359p.

RAMOS, Diná e VILLELA, Lamounier. Articulation and Negotiation in the Rural Territorial Council of Ilha Grande Bay for

Productive Inclusion. International Journal of Advanced Engineering Research and Science (IJAERS), Vol-6, Issue-5, May-2019.

SACHS, Ignacy. Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: GARAMOND, 2008.

SINGER, Paul. Introdução à Economia Solidária, FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2007.

TENÓRIO, Fernando (Org.). Cidadania, Território e atores sociais. FGV, 2016.

TENÓRIO, Fernando e ARAÚJO Edgilson. Mais uma vez o conceito de social, Cad. EBAPE.BR, v.18, nº 4, Rio de Janeiro, Out./Dez. 2020.

TOCQUEVILLE, Alexis de. A democracia na América, [tradução: Neil Ribeiro da Silva], São Paulo, Folha de São Paulo, 2010, 576p. [livro 1, 1835, livro 2, 1840]

UFRRJ/PEPEDT. Oficinas do Observatório Territorial do Colegiado BIG – OT-BIG, Relatoria do Bate-Papo com o Colegiado BIG – Educação na Ilha Grande. <https://docs.google.com/document/d/1u6KkA5QgqpJd9xNPADgbhq129XRYpOXi/edit?usp=>

UNACOOOP. Diagnóstico Territorial, Território da Baía da Ilha Grande – Rio de Janeiro, contrato MDA/SDT – PRONAT 0240547-67/2007, novembro 2011, 105 pág.

ZYLBERSZTAJN, David et al. Economia e Gestão dos Negócios Agroalimentares: indústria de alimentos, indústria de insumos, produção agropecuária, distribuição. São Paulo, Martins Fontes, 2000.